



Amazônia, Brasil, 07 de Agosto de 2024.

Ao

GOVERNO FEDERAL

A/C:

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SGPR

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA - MMA

DEMANDAS DAS POPULAÇÕES ATINGIDAS PELA SECA NA REGIÃO AMAZÔNICA

Contexto da região atingida:

Em 2023, a Amazônia enfrentou uma das piores secas registradas em sua história recente, desencadeando uma crise humanitária e ambiental de proporções significativas, impactando severamente a vida de milhões de habitantes e desafiando as estruturas de abastecimento de água, alimentos e os direitos básicos. A seca extrema compromete não apenas as funções ecossistêmicas da Amazônia, mas também a subsistência das comunidades locais, especialmente as populações ribeirinhas que dependem diretamente dos rios para transporte, pesca e acesso à água potável. A dificuldade de deslocamento e o transporte escasso de água, alimentos e outros suprimentos essenciais agravaram ainda mais a situação, ampliando as dificuldades enfrentadas pelas comunidades isoladas e pouco acessíveis.

O período mais crítico do ano de 2023 se concentrou no segundo semestre, entre os meses de julho a dezembro. Essa previsão climática também está sinalizada para o ano de 2024, onde novamente esses meses concentrarão diversos processos de seca, podendo alcançar um novo cenário de calamidade pública. De acordo com o Boletim de Emergência Climática das Terras Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB, 2023), os estados que mais foram atingidos pela seca extrema foram o Amazonas, Acre, Rondônia e Mato Grosso. A chuva abaixo da média e a piora de indicadores climatológicos, bem como a ausência de um plano de ação emergencial para seca somado a ilegalidades como o desmatamento e as queimadas criaram um grande e incomum cenário da seca extrema em toda região amazônica.

A seca faz parte do grande sistema de regulação climática que é a Amazônia Brasileira. No entanto, em um horizonte de agravamento dos processos e de mudança nos padrões do clima, esta seca que antes fazia parte do ciclo natural agora se encontra como uma seca excepcional (S4), caracterizada pela perda de culturas e pastagens generalizadas, a escassez de água nos

reservatórios, igarapés e poços, criando um cenário de emergência e desigualdade climática.

Na região, a maior parte das captações de água para abastecimento público é proveniente de águas superficiais, o que torna as áreas urbanas mais vulneráveis durante períodos de seca prolongada. Com um total de 135 municípios na Amazônia utilizando 164 pontos de captação de águas superficiais para atender uma população urbana estimada em 6,17 milhões de pessoas, a dependência desses recursos hídricos superficiais se revela crucial e ao mesmo tempo, precária diante da crise climática extrema.

Os dados específicos indicam a distribuição dessas captações nos diferentes estados que compõem a Amazônia brasileira: Acre com 20 captações, Rondônia com 46, Amazonas com 24, Mato Grosso com 39, Pará com 11, Roraima com 10 e Amapá com 13. Além das captações de águas superficiais, o atlas Águas da Agência Nacional de Águas (ANA), atualizado em 2021, também registra a existência de 789 captações de águas subterrâneas na região, demonstrando a diversidade de fontes exploradas para suprir as necessidades hídricas da população.

A situação se agrava diante das previsões de mais secas extremas e que podem se consolidar em um futuro próximo. Com a continuidade dos baixos níveis dos rios, a capacidade de abastecimento de água para milhões de pessoas na Amazônia se encontra ameaçada, os desafios socioambientais já existentes exigem respostas urgentes e eficazes por parte das autoridades públicas e da sociedade civil organizada.

A gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos na Amazônia torna-se, assim, uma questão de máxima importância para a preservação ambiental e para o bem-estar das comunidades locais. É essencial promover políticas públicas que fortaleçam a resiliência das populações vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas sobre os ecossistemas aquáticos e terrestres de toda a Amazônia brasileira. De acordo com o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e o prognóstico de estiagem severa em 14 estações de monitoramento na região Amazônica. De acordo com o órgão do Ministério da Defesa, durante os meses de setembro a novembro, os níveis dos rios nessas estações podem chegar próximo da mínima histórica ou mesmo ultrapassá-la, impactando municípios localizados nas bacias dos Rios Madeira, Mearim, Negro, Solimões, Tapajós e Tocantins/Araguai.

Nesse contexto se faz necessário, garantir para essas populações o acesso a água, a alimentação, saúde e todas as garantias de direitos básicos, fazer chegar tecnologias sustentáveis para o tratamento e distribuição de água, assim como a educação ambiental e a participação comunitária são fundamentais para enfrentar os desafios impostos pelas secas recorrentes na Amazônia. A cooperação dos governos junto às organizações sociais e populares e as comunidades impactadas é indispensável.

A crise climática na Amazônia não é apenas uma questão ambiental, mas também uma

questão humanitária e de segurança alimentar e hídrica para milhões de pessoas. A resposta a essa crise deve ser urgente, coordenada e inclusiva, visando garantir a proteção dos recursos naturais da Amazônia e o bem-estar das suas comunidades em face dos desafios climáticos globais. Dessa forma o Governo brasileiro pode ser um exemplo de como tratar e mitigar os eventos climáticos extremos tendo em vista a realização da Conferência das Partes - COP 30 em Belém, em 2025.

De acordo com os dados da Agência Nacional de Águas, todas as bacias hidrográficas da Amazônia brasileira que enfrentaram a última seca e já estão sendo atingidos pela seca prolongada que se aproxima. Sendo o pior período o mês de setembro. Diante deste cenário, a Coordenação de Organizações Indígenas da Amazônia brasileira - COIAB, Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG, Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP, Movimentos dos Pequenos Agricultores – MPA, propõem:

- 1. Auxílio Emergencial:** Criação de um auxílio calamidade climática, no valor de R\$ 1.412 por pelo menos 3 meses - agosto, setembro e outubro para comunidades atingidas, tendo como referência para execução o Auxílio reconstrução no Rio Grande do Sul.
- 2. Acesso a água e segurança hídrica:** **a.** Distribuição de água potável nas comunidades, via governos municipais e organizações da sociedade civil; **b.** Construção de poços artesianos e ampliação do sistema de distribuição de água para garantir o acesso à água potável e para a agricultura familiar; **c.** Instalação de cisternas e reservatórios para armazenamento de água nas comunidades; e **d.** Implementar sistemas de reúso e filtragem e tratamento de água para assegurar a qualidade do recurso disponível para consumo das famílias atingidas.
- 3. Garantir uma frente humanitária de saúde estruturada para a Amazônia:** **a.** Reforçar os profissionais em várias áreas de atendimento médico, na prevenção, saúde comunitária e atendimento de baixa complexidade; **b.** Garantir farmácias populares abastecidas de remédios nas comunidades; e **c.** Garantir recursos para as referências sanitárias nas áreas afetadas e de povos com alta vulnerabilidade e de difícil acesso.
- 4. Soberania alimentar e renda:** **a.** Distribuição de cestas básicas e vale gás; **b.** Subsídios para transporte fluvial gratuito onde for possível navegar e combustível para deslocamento das comunidades; **b.** Organizar um plano de imediato com a CONAB junto ao PAA e os movimentos populares que garanta já dar uma resposta no início da seca; **c.** Auxílio Extraordinário aos Pescadores: a atividade da pesca representa uma importante fonte de renda para as comunidades, é essencial para garantir a subsistência durante a estiagem de 2024. Este apoio pode ser efetivado por meio de pagamento do Auxílio Extraordinário aos pescadores a exemplo da Medida Provisória nº 1.192, de 2023. Ampliando a todos os estados atingidos pela seca. e **d.** Auxílio financeiro ao agricultor familiar em parcelas a partir da caixa econômica federal, com referência a portaria 19, de 9 de julho do ministério de desenvolvimento Agrário de 2024.

5. Garantia de Acesso à Informação: Instalação de internet em comunidades isoladas e estações de monitoramento comunitário dos níveis dos rios e condições ambientais, acesso a educação e vigilância em saúde.

7. Energia: a. Isenção do pagamento de energia elétrica durante o período da seca para famílias vulneráveis que têm acesso a rede de energia; b. kits de energia solar para comunidades isoladas do acesso à energia elétrica; c. Isenção das tarifas de energia durante o período dos decretos de calamidade; d. Plano de contingência com os municípios afetados para não racionamento energético.

8. Infraestrutura e logística: Construir uma Frente de logística terrestre e aérea para os casos de extrema urgência de acesso, com base em planos de contingência nas áreas de difícil acesso, em específico logística aérea para envio de alimentação, água potável, entre outros insumos.

Essas medidas emergenciais não podem servir somente para atender as necessidades imediatas das comunidades afetadas pela seca na Amazônia, mas também deve-se contruir um **amplo Programa de Recuperação de Áreas desmatadas**, como parte de um **Plano de Recuperação da Capacidade da Região de se reabastecer**: Pois esta crise hídrica está prevista ser recorrente, devido a Crise Climática e segundo o estudo a Amazônia já perdeu de 40% a 50% da sua capacidade de bombear e reciclar a água. fortalecendo a capacidade de resiliência, de enfrentamento de futuras crises climáticas e socioeconômicas nas regiões. A implementação eficaz dessas ações requer colaboração entre governos, organizações sociais e populares e comunidades locais, com foco na sustentabilidade e no bem-estar coletivo.

Assinam:

Atenciosamente,

Iury Paulino Bezerra - Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

Anderon Amaro - Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA

Toya Manchineri Coordenador Geral da COIAB

Carlos Augusto Santos Silva - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

Josana Pinto - Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil - MPP